

Presentes: Luciana (CAE), Ezequiel (CAE), Cristine (CAE), Vanicia (CAE), Caroline (CAE), Clarissa (CAE), Sara (Nutrição), Carlos (Contratos e Licitações), Cristina (Ass. Adm.), Cristiane (Ass. Ad.), Herbert (Fiscal), Guilherme (NS Serviços), Jessica (NS Fiscal), Thais (Fiscal), Jaqueline (CAE), Deisemara (CAE), Constance (Contratos).

Sara, chefe do setor nutrição abre a reunião se apresentando e propondo uma rodada de apresentação. Após, apresenta a equipe que faz a fiscalização das empresas terceirizadas que atuam nas escolas. Sara propõe que as pautas debatidas sejam a estrutura das escolas, incluindo RH e contratos e após outras demandas, como a agricultura familiar. Luciana, Presidente do CAE, pega a palavra e questiona os contratos das empresas e informa que várias trabalhadoras estão sem férias há anos. A equipe de contratos informa que quanto às férias as trabalhadoras são regidas pela CLT, portanto terão direito a férias, apesar de reconhecer que várias trabalhadoras tiveram contratos rompidos e iniciados em outra empresa, fazendo a continuidade do trabalho, sem férias, ser a rotina. Luciana questiona os pedidos de remanejamento das trabalhadoras e a equipe retorna afirmando que as empresas apontam uma série de conflitos para apresentar tal política; reforçam que o limite da atuação da equipe é fiscalizar o contrato com a SMED, sem demandar sob as diretrizes da empresa. Professor Ezequiel faz apelo para a equipe e levanta pontos como a participação da comunidade escolar nos trabalhos da cozinha e o impacto que há na qualidade da comida em relação às condições de trabalho. Cristiane (CAE) questiona se é feito um controle da saúde financeira da empresa e a equipe retorna que sim, que é solicitado toda documentação permanente. Propõe a equipe que poderá fazer visitas nos locais de trabalho. Apontam que o fiscal de serviço pode e deve fazer apontamentos, mas muitas vezes não o faz. Sara nutrição aponta que foi feito um pedido para que as técnicas em nutrição pudessem atuar como fiscal de serviço, desafogando as direções de escola; aponta que em relação ao RH da escola, foi chamado todas as aprovadas para ocupar 06 vagas, porém ainda há vacância, está sendo exigido novo concurso para técnicos em nutrição. Quanto aos uniformes, a equipe de fiscalização de contratos afirma poder notificar empresa. Vanicia afirma que as assessoras também estão atuando como fiscal de serviço por e-mail. O chefe da equipe de fiscais reforça a proposta de fazer um grupo para visitar escolas, convida membro do CAE e de equipes aqui presentes (nutrição e contratos). A proposta foi aprovada por todos os presentes. Ezequiel propõe que o acúmulo da reunião poderia virar um processo sei informando as direções. Quanto às visitas: está sendo proposto que se faça uma por semana; Vanicia levanta dificuldade e informa que o CAE visita uma vez ao mês e que a rotina da visita dura 4h ao todo, que há uma lista de prioridade de visitas agendadas. Há proposta de articular as visitas por e-mail. Ao vencer esta pauta, Luciana, Presidente do CAE, propõe falar sobre a estrutura das escolas e relata que em muitas escolas há equipamentos parados em desuso, ocupando espaços dos refeitórios, em contraposição, há equipamentos faltando, como talhares, copos e pratos. Nutrição afirma que compras são feitas direto pela verba escolar, mas, por vezes tal demanda não é atendida com prioridade e a situação não é geral, mas sim com particularidades. Para solucionar a questão foi encaminhado que relatórios do CAE serão compartilhados com os setores envolvidos. A equipe faz uma fala colocando que houve pesquisas em relação às empresas e que tudo foi auditado e está sob o respaldo da lei e sempre aos cuidados da boa utilização da verba pública, sendo 80% nível de aprovação das escolas com as empresas. Reforça que o fiscal de contrato não pode fazer as vezes de fiscal de serviço sob pena de sindicância e que há escassez de mão de obra devido a formação das trabalhadoras, informa que há obrigatoriedade da empresa ter oferta de cursos de formação para trabalhadoras; que os fiscais cuidam dos postos de trabalho e notificam empresas; que cada posto a PMPA paga 4.800 reais, mas na ponta a trabalhadora recebe em torno de 1.800 reais. Ezequiel retoma que nossas reuniões se propõem a ser propositivas para pensar outras políticas; a equipe relata que a forma de contratação é demanda de governo e que a gestão municipal pode fazer contrato de forma emergencial, porém

não pode ser fixo. Vanicia afirma que legalmente não pode haver tal contratação. Carlos e Jéssica afirmam que houve contratações. Mas agora são as empresas, que os pagamentos são feitos conforme as convenções de trabalho e atualização das leis bem como a inflação. Carlos relata ainda que tem uma visão mais empática, porém como servidor público tem limites e só pode atuar dentro da lei, podendo incidir em outras vias e formas. A equipe de contratos se retira. A pauta da estrutura retoma. Luciana questiona a mangueira usada na EMEF Mário Quintana, a fiscal e Vanicia retornam afirmando que já foi solucionado. Quanto a pintura e estrutura das escolas atingidas pela enchente, Luciana questiona sobre a pintura do 2º andar das escolas como João Goulart, que foi pintado só o andar atingido. Thais relata que no momento da enchente foi reformado apenas o que foi atingido e agora há obras que estão dando conta destas lacunas. Foi levantado outras situações como vazamentos e questionado sobre a forma de resolução. Thais sugere que as direções de escola usem o pronto pagamento e/ou se comuniquem com a UME. Vanicia questiona que as obras não estão sendo comunicadas e que não há informe sobre o que será reformado; Thais relata que o escopo das obras do contrato não está especificado e nem há ordem fixa de escolas priorizadas, que as direções devem acompanhar o processo de obras. Sara, Nutrição, relata que foi feito levantamento para conhecer a demanda dos refeitórios das escolas e que haverá 10 escolas prioritárias para aquisição de itens e obras, sendo previsto para 2026. Ezequiel questiona itens das obras que estão dentro das escolas, como por exemplo a adequação do piso do refeitório na EMEF Lidovino Fanton e sobre as obras do refeitório da EMEF Laçador. Thais e Vanicia então informam que já há projeto de arquiteta para ampliação do refeitório, mesmo caso da EMEF Leopolda. Questiona EMEF Ara Irês, que está em reforma e necessita adequação. Houve reforma da cozinha, ainda, porém, continua pequena e está com itens em desuso que preenchem o espaço do local. É apontado a necessidade de climatização e ampliação na escola. Thais anuncia que haverá PPP por 20 anos para empresa de manutenção, que fará reforma e irá cuidar neste período, das escolas municipais. Será lançado edital de licitação e no próximo ano; o contrato, prevê valor mensal à empresa em troca de reformas e manutenções. Deisemara relata que havia um setor de manutenção com trabalhadores concursados, porém que foi extinto e não houve mais chamamento, gerando esta brecha para a parcerização. Luciana abre a próxima pauta, Agricultura Familiar, relata que Cristiane, Agrifan, gostaria de ter um cronograma, porém isso dá rigidez ao processo e se torna inviável devido as especificidades do passo a passo até chegar no edital. Sara reforça que há muitos impasses para cumprir os prazos burocráticos e dar conta das safras dos alimentos. Vanicia relata que a solicitação da Agrifan, qual e quantidade de tal gênero vai ser solicitado em tal mês, o que é inviável de ser garantido pela Nutrição, para além das especificidades das escolas, que impõe mudanças na rotina da alimentação escolar, reconhecem que ao ampliar a alimentação escolar outras questões foram surgindo e estão sendo analisados. Sara pontua que a Agricultura Familiar tem fornecido itens para 50 escolas, o que precisa ser ampliado para a totalidade das escolas. Quanto a verba 2024 que foi autorizado a devolução, Luciana agradece à Nutrição pelo esforço para o retorno de verba. Luciana encaminha pedido de visita do CAE ao fornecedor Alcione, após contatar má qualidade em itens recebidos. Fica indicado visita a este fornecedor. Luciana relata das três vagas que o CAE tem no CAISAN, sobre segurança alimentar, no dia 05/09, sendo que irá uma nutricionista pelo setor e Luciana irá verificar quem poderá ir; Deisemara se coloca para participar. Sem mais encerramos a reunião.